

## **CORPOS-TERRITÓRIOS-LGBT+ NA DOCÊNCIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA DA BAHIA: Imagens, Narrativas e (Re)existências**

Janivaldo Pacheco Cordeiro  
*Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade da  
Universidade do Estado da Bahia*  
*Professor do Instituto Federal do Espírito Santo*  
*Pesquisador Colaborador Júnior I no Programa de Pós – Graduação em Sociologia da  
Universidade de Brasília*  
*janivaldo.cordeiro@ifes.edu.br*

Jane Adriana Vasconcelos Pacheco Rios  
*Professora Titular Plena da Universidade do Estado da Bahia*  
*Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação e  
Contemporaneidade da Universidade do Estado da Bahia.*  
*jhanrios1@yahoo.com.br*

*Simpósio Temático nº 21 – Gênero, Raça, Etnia, Sexualidade na Formação Docente*

### **RESUMO**

A discussão apresentada é parte de uma pesquisa doutoral em andamento sobre os corpos LGBT+ na docência da educação básica da Bahia. Partimos da ideia de que as experiências que atravessam a identidade pessoal de lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis (LGBT+) durante o desenvolver de sua vida-formação dificultam para o reconhecimento de si como corpo-território e reverberam na identidade profissional desses/as sujeitos/as, provocando a (auto)vigilância do seu corpo, adequação de práticas pedagógicas, apagamentos de si como forma de sobrevivência, preconceitos e discriminações. De natureza qualitativa e pós-estruturalista, este trabalho procura desvendar por meio da entrevista narrativa as formas de (re)existências desses/as professores/as em confronto com a heterossexualidade como norma e os conflitos gerados em razão do gênero e da sexualidade dissidentes. Percebidos/as como professores/as transviados/as, os corpos-territórios-LGBT+ na docência revelam por meio de suas imagens e narrativas as itinerâncias de suas vidas-formação-profissão na ocupação dos espaços públicos e, em especial, em suas atuações docentes apontando as (re)invenções de si como formas de existência e (re)existência nas instituições escolares.

**Palavras-chave:** Corpo-território-LGBT+, Professores/as transviados/as, (Re)existências, Imagens e Narrativas.

### **ABSTRAT**

The discussion presented is part of an ongoing doctoral research on LGBT+ bodies in basic education teaching in Bahia. We start from the idea that the experiences that cross the personal identity of lesbians, gays, bisexuals, transsexuals and transvestites (LGBT+) during the development of their lives and school education make it difficult to recognize themselves as a territorial-body and reverberate in their professional identity on the subjects, causing the (self) surveillance of their bodies, adequacy of pedagogical practices, deletion of themselves as a way of survival, prejudice and discrimination. Qualitative and post-structuralist in nature, this work seeks to unveil through the narrative interview the forms of resistance and (re)existence of these teachers in confrontation with heterosexuality as a norm and the conflicts generated by gender and sexuality dissidents. Perceived as queer teachers, the bodies-territories-LGBT+ in teaching reveal, through their images and narratives, the itinerancy of their lives-training-profession in the occupation of public spaces and, in particular, in their teaching performances. the (re)inventions of the self as ways of existing and (re)existing in school institutions.

**Keywords:** Body-territory-LGBT+. Queer teachers. (Re)existence. Images and Narratives.

### **Corpo-território como possibilidade de anunciação**

A fuga das normas de gênero e sexualidade tem se constituído como uma forma de transgressão aos padrões de vida considerados naturais. Ser reconhecido como lésbica, gay, bissexual, transexual, travesti (LGBT+), muitas vezes, surge como uma ofensa à dignidade da pessoa e, ser apontado dessa forma é ter atrelado ao seu corpo imagens e narrativas de abjeção e vergonha, entre outros pejorativos que fazem desses/as sujeitos/as enxergarem-se e serem enxergados/as pela perspectiva da inferioridade. Cada um de nós já pôde observar o efeito das palavras *viado*, *sapatão*, *travesti* quando usadas como formas de xingamentos, demonstrando o claro intuito de inferiorizar essas existências. Para muitos/as é necessário um longo caminho até que esses pejorativos e outros possam ter a percepção de outros significados e se tornem meliorativos.

Ser *denunciado/a*, ainda na infância, como um dos tantos termos que (des)caracterizam o corpo-transviado-LGBT+, a princípio, é acompanhado como reação à negação dessa possibilidade. A sensação é parecida ao anúncio de um crime que requer, de imediato, sua defesa e o se livrar de um estigma que torna essas identidades tão marginalizadas. O uso comum da resposta *eu não sou isso* revela uma das primeiras tentativas desses/as sujeitos/as de se posicionarem dentro da norma e, ao mesmo tempo, evidencia a escassez de diálogos que possibilitem o entendimento e o respeito às inventivas formas de viver o gênero e a sexualidade, perante a acusação do/a outro/a.

Soma-se a isso os reiterados clamores ao divino para que tais sentimentos sejam banidos da própria existência, possíveis resultados dos investimentos continuados da norma em suas políticas do medo, normatização, normalização e naturalização de comportamentos legitimados por ela e praticáveis aos corpos, visto que “[...] em qualquer sociedade, o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõem limitações, proibições ou obrigações” (FOUCAULT, 2013, p. 132).

Nesse sentido, a classificação dos/as sujeitos/as pelas normativas da heterossexualidade produziram corpos transviados ao que foi socialmente e culturalmente construído como natural e, por essa lógica da naturalidade: reconhecíveis, autorizados e legitimados. Cabe aos outros corpos, produzidos na e pela diferença, a clandestinidade, o forjar de identidades cis(hetero)normatizadas, a sua docilização, domesticação, controle, julgamento e governo, e que as suas existências não sejam viáveis ou visibilizadas, e dessa forma não reconhecidas, não autorizadas e não legitimadas pela norma, cujas *limitações*, *proibições* ou *obrigações* como nos apontou Foucault (2013), estendem, principalmente, aos modos *dissidentes* de viver gênero e sexualidade.

Assim, desde a infância a constituição da identidade sexual e de gênero vem imposta pela heterossexualidade prescrita que age como regime político sobre os corpos (CURIEL, 2013), apontando em sua construção comportamentos, jeitos, gestos, cores, interesses e desejos aos corpos sexuados, materializados pela presença – ou ausência – do pênis. Transviar-se, nesse contexto, é estar em contradição à tríade sexo-gênero-desejo chancelada pelo que Foucault (2019, p. 364-365) chamou de dispositivo da sexualidade, cujos escapes a esse dispositivo caracterizam os transvios, situados entre o que pode ser “dito e não dito”, visibilizado e invisibilizado, por *justificativas* e *mascamientos* (nem sempre) tacitamente impostos, utilizados para “controle-dominação”. Em complementariedade, o corpo é percebido como transviado, também pelos comportamentos performativos do gênero fixados na morfologia dos corpos e que estão em *discordância* com o sexo biológico, somando-se a isso, entre outras possibilidades, vestes, práticas sexuais e profissões.

Fugir ao dispositivo, nesse bojo, é atrelar-se às imagens e narrativas que rondam o corpo transviado remetendo à condição de anormalidade e, conseqüentemente ao caráter de subumanidade, o que parece, de alguma forma, criar condições de insultos a essas identidades. *Viado, bicha, boiola, traveco, mulher de penca, sapatão, fancha, caminhoneira* são as formas mais comuns com que esses corpos são (mal) tratados.

Numa tentativa de ressignificar esses termos, ao mesmo tempo que tenta capturar esses insultos, Bento (2017, p. 249) em sua obra *Transviado@s* aponta quem pode ser considerado/a transviado/a no Brasil: “uma bicha louca”, “um viado”, “um travesti”, “um traveco”, “um sapatão”<sup>1</sup>. O medo de se reconhecer dessas formas demarca os efeitos da ação do biopoder e da necropolítica sobre esses/as sujeitos/as, agindo como possibilidades de vidas inviáveis, menos importantes, descartáveis, matáveis, ignorados pela ilegitimidade de suas existências e como nos aponta Scott (1988), pela invisibilidade de suas experiências, materializadas pelas mortes violentas em razão dos seus modos de vida, ao atravessamento de crenças religiosas que consideram as práticas alheias ao dispositivo como pecaminosas, vergonhas e proibidas.

O que a norma aponta como transgressão, desvios ou transvios, entendemos como possibilidades legítimas de viver gênero e sexualidade, (des)classificados/as pela mesma norma que se estabeleceu como identidade de referência, diferenciando aqueles/as que se distanciam dela. Nesse contexto, os/as sujeitos/as transviados/as são corpos-territórios-LGBT+ de anunciação e vivências singulares que escapem do regime da heterossexualidade como norma e do dispositivo da sexualidade como regra. Esses corpos são os que enunciam e desconstruem a ideia de naturalidade imposta pela cis(hetero)normatividade, ao mesmo tempo que se constituem - na maioria dos casos - pela clandestinidade, pelo sentimento de diferença inferiorizada e pela ilegitimidade de suas existências.

Segundo Miranda (2020, p. 25) corpo-território “é um texto vivo, um texto-corpo que narra as histórias e as experiências que o atravessa” e nesse sentido, o corpo-território-LGBT+ historiciza suas imagens e narrativas, principalmente pelo corpo que é lido como um erro, um engano da natureza por suas práticas consideradas antinaturais, cujas leituras realizadas pela norma, revelam as rasuras e ranhuras de uma existência não passível de reconhecimento, invisibilizando as suas práticas, representações, representatividades, conquistas e afetos. Nesse cenário, os corpos-territórios-LGBT+ “também precisam ser problematizados, inseridos ou não no processo de autoafirmação, se fortalecer, ocupar os espaços, resistir e promover a libertação dos outros sujeitos que por diversas situações são ceifados dos seus direitos humanos” (ib, p. 33), com o fito de desfazer as imagens e

---

<sup>1</sup> No capítulo “*Queer* o quê? Ativismos e estudos transviados” a autora relata os seus encontros, desencontros e dilemas com a tradução do *queer* em contextos brasileiros.



narrativas criadas pela norma para esses corpos, não para satisfazê-la, mas em defesa da própria *naturalidade* com que essas identidades devam ser constituídas.

Frisamos que a pesquisa da qual esse recorte é oriundo, foi aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade do Estado da Bahia (Uneb) sob o número 4.565.257, CAAE 41214020.6.0000.0057. Dessa forma, procuramos questionar, neste artigo, o que podem narrar os corpos-territórios-LGBT+ de professores/as transviados/as redigidos por regras que não são suas e lhes foram impostas? O objetivo desse texto é refletir acerca das imagens e narrativas de (re)existência de corpos-territórios-LGBT+ na Educação Básica do Estado da Bahia e é parte das reflexões e indicativos parciais da pesquisa de doutorado em andamento. As reflexões são embasadas em conversas informais e na entrevista narrativa realizada com Rosa<sup>2</sup>, 40 anos, professora trans e Antúrio, 36 anos, professor gay, sondados/as como possíveis colaboradores/as da pesquisa citada e busca por meio das imagens e narrativas inseridas nessas corporalidades compreender “a experiência vivida, [...] as vidas e como elas são vividas” (CLANDININ e CONNELLY, 2015, p.23) imbricadas nessas experiências *dissidentes* e a profissão docente. Para esses/as autores/as (ib., p. 152-153) “conversas implicam o ouvir. A resposta do ouvinte pode constituir uma sondagem da experiência que tem a representação da experiência muito além do que é possível em uma entrevista”. Assim, “[...] entendemos que a experiência toma centralidade no processo de narrar a vida-profissão a partir de territórios das existencialidades docentes” (RIOS, 2020, p. 17).

### **Corporeidades: imagens, narrativas e (re)existências**

Existir. Resistir. (Re)existir em espaços onde a norma é a regra. Onde só o normal representa as *verdades* e as condições de existência. Homens e mulheres, meninas e meninos com seus modos comportados, seus desejos naturalizados, seus gêneros e heterossexualidades imperceptíveis e invisíveis. A escola homogênea os corpos e por essa ação é uma das instituições que mais produzem e reproduzem as discriminações e preconceitos contra a diferença. Nas palavras de Louro (2014, p. 61) a escola produz “diferenças, distinções, desigualdades...” Os/As *normais*, nesse sentido, passam despercebidos/as, pois são os/as referenciais que precisam ser seguidos/as; falar sobre

---

<sup>2</sup> Os nomes dos/as colabores/as são fictícios para preservar as suas identidades

sexo e sexualidade parece, nesse contexto, desnecessário. As suas imagens e narrativas não completam a paisagem, elas são a própria paisagem.

O desconforto começa quando os corpos empurrados para a margem, os/as outros/as que foram produzidos na diferença adentram os espaços públicos como, por exemplo, a escola, desestabilizando a uniformidade e tendo que disputar por espaços que, teoricamente, já seriam seus. A atenção e o incômodo se voltam para o/a estranho, o/a exótico/a, o/a esquisito/a, o/a anormal, o/a transviado/a que se deslocou da margem para o centro. Esse corpo carrega consigo as imagens e narrativas que o constituem como o desigual. As imagens, nesse sentido, produzem as narrativas e ao se fazer enunciar, suas narrativas produzem suas imagens. Ao corpo LGBTQ+ é preciso que suas imagens digam um pouco (ou um tanto) mais que suas narrativas ou que suas narrativas (des)construam outras imagens, no entanto estão sempre vinculadas umas às outras, às vezes como marcas das identidades, outras como nós essenciais, e de um outro ponto, como (re)existências. Imagens e narrativas, narrativas e imagens, juntas, unidas, confundem, anunciam, provocam a norma, ao mesmo tempo em que esta tenta capturar, invisibilizar, neutralizar os seus efeitos. As imagens e narrativas se materializam nas formas com que os corpos-territórios-LGBT+ se produzem, *se* enfeitam, gesticulam, falam, calam, subalternizam, *se* empoderam, geram conhecimentos e “[...] ocupam um lugar de ruptura e insurgência no campo educacional por representarem territórios de disputas por outras políticas de conhecimento” (RIOS, 2020, p. 17-18). Suas narrativas, assim, se constituem pela (re)existência de suas imagens e estas (re)existem a partir das (re)invenções de suas narrativas. Para esses corpos considerados insurgentes, narrar o vivido, relatar as experiências atravessadas pela sexualidade e pelo gênero, resistir às pressões institucionais, fazer-se presente nestes espaços (de)marcam os lugares e os não-lugares para as suas existências onde a diferença tenta ser silenciada e invisibilizada, ainda que, como nos apontou Miranda (2020) não estejam *inseridos em processo de autoafirmação* e se configuram a partir dessas narrativas de (re)existências.

É a partir dos modos de viver, posicionar-se e interpretar as narrativas institucionais que as narrativas de (re)existências se instauram. Estas narrativas são forjadas no cotidiano da profissão a partir das zonas de invisibilidade que atravessam o trabalho docente. As narrativas docentes interpelam as narrativas institucionais em relação ao não-lugar dos/as professores/as nas discussões e decisões sobre a reconfiguração da escola (RIOS, 2020, p. 22).

No desenrolar da pesquisa, as entrevistas narrativas com esses/as professores/as transviados/as, revelam seus pontos de aproximação e singularidades dos quais seus corpos-territórios-LGBT+ foram atravessados, quando trabalhavam em uma mesma escola, de uma mesma cidade em anos distintos. Entre elas, trazemos à cena trechos da narrativa de Rosa. Ao falar de sua imagem, ela explica que a primeira decisão que toma ao assumir uma sala de aula é falar aos seus/suas alunos/as sobre sua vida como mulher trans, pois reconhece que as narrativas que chegam sobre o seu corpo na escola – antes mesmo de sua imagem – giram em torno dos pronomes masculinos e dos pejorativos como *bicha* e *viado*, atribuídos comumente aos corpos de homens gays. Ela comenta que por diversas vezes teve de corrigir *lapsos* dos/as colegas de trabalho em relação ao seu nome e sua identidade de gênero e, em uma ocasião extrema teve que mover uma ação judicial contra um gestor de uma escola que insistentemente não respeitava sua imagem de mulher, trazendo narrativas masculinizadas ao seu corpo-território. No geral, as mudanças em sua docência são anunciadas desde o início do ano letivo pois sente a necessidade de que os/as alunos/as a percebam e a respeitem como mulher, não admitindo outras formas de ser reconhecida. Rosa explica que ao fazer isso, as temáticas do gênero e da sexualidade são recorrentes em suas aulas e as curiosidades dos/as estudantes são sanadas sempre que julga viável e respeitoso. Em relação aos atravessamentos ao seu corpo-território, Rosa lamenta que tenha sido advertida pela vice-diretora da escola sobre suas vestes, recomendando a ela o uso de roupas e acessórios mais discretos, o que de certa forma coibiu o início do seu processo de transição, além da perversidade de ter sido avisada – em tom de coação - que outro professor homossexual atuante naquela escola tinha uma pasta com várias ocorrências por ter *cantado*<sup>3</sup> seus alunos: “*olha, o professor Fulano de Tal ele canta os alunos viu? Já existe na pasta dele várias ocorrências! Olha sua conduta!*” A recepção dada a Rosa é relatada com decepção e descontentamento. “*Eu me sentia coagida, vigiada!*” A sua imagem estava atrelada às condutas de um outro corpo, às experiências das quais não coadunavam com a sua prática, como marcas e nós essenciais. A sensação e o medo de que pudesse ser demitida provocava em si a autovigilância e o cuidado nos tratamentos e olhares para os/as alunos/as, em especial aos do sexo masculino. A sua narrativa demonstra os indícios da (re)existência naquela instituição em que precisou trabalhar por *pesados* oito anos. A questão da necessidade de

---

<sup>3</sup> No sentido empregado a palavra *cantar* é entendida pelo ato de demonstrar verbalmente interesse afetivo por outro/a.

subsistência e as possibilidades de se reafirmar como profissional competente forçaram a reinvenção e (re)existência de Rosa que se obrigou a invisibilizar as perseguições advindas em razão de sua *dissidência* de gênero. As imagens atribuídas ao seu corpo produziram afastamentos de outros/as professores/as, piadinhas, e falta de apoio até mesmo de docentes reconhecidamente lésbicas e gays na escola, o que provocou em si um não pertencimento às causas ligadas ao movimento LGBTQ+. Ainda que as constantes disputas pelo espaço tenham sido atravessadas por preconceitos e discriminações diversas, Rosa entende a importância de sua representatividade na comunidade escolar, no entanto, ultimamente tem evitado fomentar discussões acerca do tema gênero e sexualidade nas instituições em que trabalha, devido à crescente onda conservadora que se alavancou nos últimos anos. Assim, utiliza suas estratégias de sobrevivência, de (re)existência e da liberdade vigiada, talvez por entender que “[...] se é livre para viver a própria vida somente quando se é livre para morrer a própria morte” (MBEMBE, 2020, p. 66). *“Então assim, por chegar aos 40 anos, uma mulher trans, sadia, nessa posição hoje de estar à frente de uma gestão na escola, eu me sinto uma grande vitoriosa, entende?”* Com razão, Rosa comemora o fato de ser uma mulher trans, em posição de destaque, ocupando cargos não perspectivados para essas existências e, acima de tudo, por ultrapassar a expectativa de vida de 35 anos para pessoas trans, conforme estudos apresentados pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA, 2018).

Um outro docente que nos relata as travessias no corpo-território que habitam a escola foi Antúrio, professor gay do Ensino Fundamental, cujos atravessamentos nos colocam a refletir acerca das relações de poder que a norma exerce sobre o corpo-transviado e os meios de (re)existência encontrados por esses corpos. Antúrio se lembra das recomendações iniciais proferidas pela vice-diretora na mesma escola em que Rosa trabalhou, na ocasião em que foi designado para sua primeira experiência como professor em sala de aula: *“Ao chegar à sala de aula fale com a voz firme, evite falar fino, pois nossos alunos não estão acostumados com professor gay”*, mesmo sem nunca ter assumido sua orientação sexual para ela, a sua imagem e sua performance traduziam em narrativas de homem gay. Ao ser julgado dessa forma, Antúrio se viu desrespeitado por condições sobre as quais não tem controle. Sua capacidade de *se dar o respeito* deveria, por esta lógica, estar na voz, no *jeito de homem* e na (re)produção de uma masculinidade hegemônica socialmente construída e legitimada. Ao revelar a falta de costume dos/as alunos/as com a homossexualidade representada em situação de autoridade, a escola - ou



aquela que ocupa a posição de representante do Estado - entrega a sua incapacidade de lidar, respeitar, acolher as diferenças e, propositalmente, reafirma o caráter político de torná-la invisível ao mesmo tempo em que admite os estereótipos da heterossexualidade como regime político de sobrevivência e constituição de sujeito reconhecível. Os lamentos de Antúrio não se remetem apenas a sua atuação como docente. Fica evidente em seu relato a existência de um *não lugar* na masculinidade quando expõe suas dificuldades enquanto aluno de se aproximar dos outros garotos da classe: “*eu tinha medo de me relacionar com os colegas de sala de aula, principalmente meninos. Por causa dos meus trejeitos eles ficavam debochando, reproduzindo apelidos desagradáveis como bichinha, viadinho e baitola*”. O desconforto e a estranheza, nesse sentido, são constantemente reiterados na constituição do seu corpo-território e parecem naturalizar que existências como a sua tenham que passar por esses constrangimentos e situações de discriminações e preconceitos como atravessamentos fundantes dessas identidades, como se fizessem parte do próprio reconhecimento de si como sujeito. Outras situações referentes à masculinidade do professor Antúrio, confirmam o sentimento de *naturalização* das reiteradas formas de agressão ao seu corpo. A violência se torna a norma, a regra; já se espera que os preconceitos e as discriminações ganhem os contornos das *brincadeiras* em torno dos gêneros e das sexualidades *dissidentes* e também, como já esperado, *nunca possuam a intenção de ofender ou inferiorizar os corpos-transviados*. A falta de acolhimento nesta escola em que se apresentou para o trabalho foi completada em tons de deboche e (in)diferença por outros professores: “*me olharam com desprezo e depois conduziram piadas desrespeitosas dizendo que não faço parte do clube de machos*”.

Forma-se então uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos. O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe (FOUCAULT, 2013, p. 133).

As tentativas de convencimento em desqualificar os corpos-transviados nas escolas contribuem para o não reconhecimento de si como corpo-território e a produção de um/a sujeito/a à parte dos moldes autorizados da heterossexualidade e, simultaneamente, manter o/a outro/a da diferença nos lugares de marginalização, indesejável e inferiorizado/a socialmente. O (des)esquadrinhamento, a (des)articulação

e (des) recomposição dessas corporalidades constituem suas estratégias de (re)existência visibilizadas por essas narrativas e imagens que (re)existem nesses processos.

Ao se adaptar à recomendação da dirigente, o corpo-território-LGBT+ sobrevive nas instituições escolares às custas de sua anulação e apagamento como sujeito (FOUCAULT, 1988), podendo ser analisada como um meio de sobressair, permanecer visível e representado em meio às violências sofridas e (re)existência quando - a duras penas - procura visibilizar o profissionalismo desvinculado ao corpo sexuado no ambiente da escola. É perceptível que as solicitações aos corpos-territórios-LGBT+ criam uma espécie de permissão para o devir-mulher e uma proibição para a visibilidade de uma masculinidade outra, re-posicionando os/as sujeitos/as de forma a dificultar as suas representações e representatividades. “Daí, percebe-se a produção de um Outro que não sou o “eu”. É esse outro, produzido e forjado na diferença que o “eu” tenta apontar como inumano. É esse outro que aponta quem pode e quem não pode ocupar determinados espaços (CORDEIRO; RIOS, 2021, p. 364). E nessa mesma lógica, é nesse/a outro/a que a norma se autoriza a produzir os seus insultos, a desqualificar suas existências e a re-posicionar as corporalidades consideradas outras.

Como sinaliza Bento (2017, p. 59) os/as transviados/as “continuarão a ser aceitos, desde que não poluam os espaços públicos com demonstração de amor e desejo, por um lado, e que se mantenham no seu gênero, por outro”. Nesse sentido, as formas de representação de Rosa e Antúrio ficariam limitadas às regras estipuladas para demonstrações que são percebidas como normais e naturais a corporalidades sexuadas. As suas representações não condizentes à tríade gênero-sexo-desejo ficam à mercê do julgamento entre o permitido e o proibido, entre o dito e o não-dito, às (i)legitimidades de suas imagens e narrativas e aos seus comportamentos transviados, aos estereótipos do gênero e da sexualidade e aos desvios às performances reiteradas, sempre vinculadas à anatomia de corpos contaminantes. O corpo-transviado, nesses sentidos e nesses espaços, vigia e é vigiado pelos próprios sentidos: controlam (se) os seus olhares, governam (se) os seus toques, moldam (se) as suas falas, filtram (se) a sua escuta de forma que suas imagens e narrativas não poluam, não contaminem, não causem prejuízos a si mesmos e, entre outros dizeres, não produzam provas que confirmem as imagens e narrativas que a norma concretiza sobre as suas corporalidades e identidades *essencializadas*.

O corpo da norma é, nesse contexto, autorreferente e se autoriza no direito de autorizar (ou não) as imagens, narrativas e as subjetividades dos corpos-transviados,

produzindo movimentos de anulação e o não reconhecimento de si no/a outro/a ou, ainda na própria reafirmação do corpo-território. “Nestas microrrelações, podemos notar que o Estado não está em um lugar distante, povoado de gente desconhecida, mas, aqui, nas interações banais do cotidiano” (BENTO, 2021, p.88), e se manifesta, nos casos relatados, nas advertências registradas, nas tentativas de anulação do/a outro/a (im)postas na autoridade em que se investe a vice-diretora, dos/as gestores/as e dos/as outros/as colegas de trabalho que se posicionam como julgadores/as de outras subjetividades. Considerando a escola como um espaço onde as subjetividades emergem e onde a diferença pulsa, as políticas de entendimento e respeito à diversidade deveriam ser promovidas por todos/as, especialmente por aqueles/as que supostamente representam e têm o dever de valorizar essa pluralidade. Rios (2008, p. 20) revela que “as identidades sociais construídas na escola podem desempenhar um papel relevante na vida dos indivíduos quando estes se depararem com outras práticas discursivas nas quais suas identidades são re-experenciadas ou são re-posicionadas”. A partir desse pensamento, refletimos que as tentativas de privação e silenciamento das suas mais *puras* expressões das identidades sexuais e/ou de gênero, performatividades e comportamentos dos professores LGBTQ+ impedem ou prejudicam o re-experienciar dessas vivências em outros corpos-territórios, além de embaraçar o reconhecimento de si mesmo/a como possibilidade de representação, e simultaneamente, as tentativas de re-posicionamento dessas corporalidades em armários cisheteronormativos. Outrossim, são permitidos/as e motivados/as os re-posicionamentos e a re-experimentações que favoreçam sempre a norma.

Para Scott (1998, p. 319-320) “sujeitos são constituídos discursivamente, mas há conflitos entre sistemas discursivos, contradições dentro de cada um deles, significados múltiplos possíveis para os conceitos que eles utilizam”. Assim, as práticas discursivas fabricam sujeitos/as discursivos/as, repositonam, forjam pertencimentos e criam nas instituições escolares as identidades escolarizadas. Produzem assim, aqueles/as que reproduzirão o que aprenderam na escola, atravessados/as pelas questões morais, religiosas e pessoais de quem os/as ensinaram, e de quem utiliza a norma como regime político e a cristaliza como natural, re-posicionando os corpos-transviados em lugares outros da não normalidade e da abjeção. “Ali se aprende a olhar e a se olhar, se aprende a ouvir, a falar e a calar; se aprende a *preferir*” (LOURO, 2014, p. 65, grifos da autora) e, em contextos onde a discriminação se constrói, como é o caso das instituições escolares,

as preferências habitam corpos não *esquadrinhados* pela norma, onde as imagens e narrativas passam despercebidas.

Nesse sistema discursivo as contradições, os significados múltiplos, os conceitos utilizados, as preferências são direcionados/as para gêneros e sexualidades de acordo com o sexo atribuído no nascimento, fazendo-se acreditar que existe uma relação de causa e efeito entre esses elementos. No mesmo ritmo, as religiões, os costumes, as culturas caminham em contratos uns/umas com os/as outros/as retroalimentados/as, fortalecidos/as pelos preceitos da norma. Em conformidade, Curiel (2013, p. 83, tradução nossa) adverte que “[...] o grupo dominante geralmente organiza a vida dos grupos subordinados não por coerção, mas por persuasão<sup>4</sup>”. Assim, essas instituições organizadas se aparelham no sentido de tentar convencer e induzir o/a outro/a a se comportar de acordo as atitudes da norma, nem que para isso se utilizem de argumentos que provoquem nesses/as outros/as o sentimento de existências inferiorizadas e o não-reconhecimento de si como verdade e como corpo-território.

### **Corpo em transformação: imagens e narrativas (in)conclusivas**

“Na perspectiva pós-estruturalista a diferença pode ser definida como a identidade que os outros portam, e na relação com a qual temos que definir os *contornos* da nossa” (SEFFNER, 2016, p.121, grifos nossos). Nessa perspectiva, identidade e diferença são atravessadas e, principalmente, constituídas por relações de poder que (de)marcam, controlam e (com)tornam os/as sujeitos/as de acordo os marcadores sociais da diferença atribuídos aos seus corpos. Assim, o corpo-território-LGBT+ ao assumir ou ser apontado pela condição de professor/a transviado/a herda os contornos pelos quais sua diferença e sua identidade é assumida, como o corpo que precisa ser silenciado, vigiado e adaptado às normas que não lhe asseguram o seu direito de ser. Por essa lógica, a norma - o/a que se perspectiva pela normalidade - dita quais contornos são possíveis de serem visibilizados, assumindo para si o controle e o governo das corporalidades que se constituem na diferença. “Sua mera sobrevivência depende de condições e instituições sociais, o que significa que, para ‘ser’ no sentido de ‘sobreviver’, o corpo tem de contar com o que está fora dele” (BUTLER, 2018, p. 57-58, grifos da autora).

---

<sup>4</sup> [...] el grupo dominante generalmente organiza la vida de los grupos subordinados no desde la coerción, sino desde la persuasión. (CURIEL, 2013, P. 83)



Nesse sentido, o que está por fora dita os comportamentos permissíveis e quais devam ser ignorados aos corpos-territórios-LGBT+, moldando e tentando produzir identidades forjadas para *satisfazer* as fragilidades da (hetero)normalidade. As tentativas de controle aos corpos-transviados colocam a norma em um lugar outro, de onde sua autorreferência utilizada como régua se autoriza a inferiorizar e julgar os corpos que considera subalternos. Com efeito, “a desumanização, imposta pela sociedade, estabelece e condiciona a negação de corpos *dissidentes* em função do modelo binário e cisgenerificado (ODARA, 2020, p. 81, grifos nossos).

Os resultados iniciais do estudo apontam que as imagens e narrativas dos corpos-territórios-LGBT+ ainda são perspectivados por uma noção de verdade fabricada pelos discursos homogeneizantes, aos quais os corpos transviados, muitas vezes, precisam se assujeitar pela questão da sobrevivência. E, nesse movimento, as narrativas de (re)existências são construídas como formas de lutas que materializam as disputas de pertencimentos e existencialidades que os corpos transviados desvelam no espaço da escola, da sala de aula.

## Referências

ANTRA. *10 piores estados para ser trans no Brasil*. Brasil, 21 set. 2018. Disponível em: <https://antrabrasil.org/2018/09/21/10-piores-estados-para-ser-trans-no-brasil/>. Acesso em: 24 de nov. 2021.

BENTO, Berenice. *Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos*. Salvador: Edufba, 2017.

BENTO, Berenice. *Brasil, ano zero: estado, gênero, violência*. Salvador: Edufba, 2021.

BUTLER, Judith. *Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?* Trad. Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. 5ª ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CORDEIRO, Janivaldo Pacheco. RIOS, Jane Adriana Vasconcelos Pacheco. Corpos transviados na docência: imagens e narrativas de professores/as LGBT na educação básica. In: MENEZES, Graziela Ninck Dias; NUNEZ, Joana Maria Leôncio (Orgs.). *Coletânea Profissão Docente na Educação Básica: docência em contextos de diversidade*. Curitiba: Brazil Publishing, 2021. E-book, vol. 2 p. 362-378. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1NbC3Rzu3s1MveSuiUOr45-zYqdgDQR71/view>. Acesso em 04 nov. 2021.

CLANDININ, D. Jean; CONNELLY, F. Michael. *Pesquisa narrativa: experiências e história na pesquisa qualitativa; tradução: Grupo de Pesquisa Narrativa e Educação de Professores ILEEL/UFU*. - 2ª edição rev. Uberlândia: EDUFU, 2015.

CURIEL, Ochy. *La Nación Heterosexual: análisis del discurso jurídico y el régimen heterossexual desde la antropología de la dominación*. 1ª ed. Bogotá, D.C. Colombia, 2013. Disponível em: [La nacion heterosexual. Ochy Curiel.pdf](#). Acesso em 15 jan. 2021.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Trad. Raquel Ramallete. 41ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. Trad. Renata Santini. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MIRANDA, Eduardo Oliveira. *Corpo-território e educação decolonial: proposições afro-brasileiras na invenção da docência*. - Salvador : EDUFBA, 2020. Disponível em: [corpo-territorio-educacao-decolonial-repositorio \(1\).pdf](#). Acesso em: 12 mar. 2021.

ODARA, Thiffany. *Pedagogia da Desobediência: travestilizando a educação*. Salvador/BA: Editora Devires, 2020.

RIOS, Jane Adriana Vasconcelos Pacheco. *Narrativas de Experiências Pedagógicas: territórios de (re)existências na formação docente. Rutas de formación: prácticas y experiencias*, 11, 15-24. Disponível em: <http://revistas.sena.edu.co/index.php/rform/article/view/3809/4353>. Acesso em: 11 nov. 2021.

RIOS, Jane Adriana Vasconcelos Pacheco. *Entre a roça e a cidade: identidades, discursos e saberes na roça*. Tese (Doutorado). Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação, 2008.

SEFFNER, Fernando. *Derivas da Masculinidade: Representação, Identidade e Diferença no âmbito da masculinidade bissexual*. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.